



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA PERMANENTE DE SELEÇÃO



EDITAL N° 22/2017

PROCESSO SELETIVO PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DA UFPI – BIÊNIO 2018-2019

O Reitor da Universidade Federal do Piauí-UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), da Comissão de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI (COREMU) e das Coordenações dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na legislação vigente, torna pública a realização de processo seletivo unificado para ingresso nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI, em conformidade com as exigências do Regulamento destes Programas, da Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009 e alterações e da Resolução CNRMS nº 2/2012.

01 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 As Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde são cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, instituídos pela Lei nº 11.129, de 30/06/2005, e regulamentados pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12/11/2009, e resoluções complementares emanadas da CNRMS/MEC.
- 1.2 O processo seletivo unificado para ingresso no ano de 2018, nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, será regido por este Edital e executado pela Coordenadoria Permanente de Seleção – COPESE, vinculada à Reitoria da UFPI.

02 DOS PROGRAMAS

- 2.1 Os cursos terão a carga horária mínima de 5.760 (cinco mil setecentas e sessenta) horas, com 60 (sessenta) horas semanais, exceto para o curso de Residência em Área Profissional da Saúde – Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Faciais, e requer dedicação exclusiva, não podendo o residente desenvolver outras atividades profissionais no período de realização da residência, conforme o artigo 13, § 2º, da Lei nº 11.129/2005.
 - 2.1.1 O curso de Residência em Área Profissional da Saúde – Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Faciais tem carga horária total de 8.640h e duração de 03 (três) anos.
- 2.2 Os certificados de conclusão de curso serão expedidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFPI.
 - 2.2.1 Fará jus ao certificado de conclusão do curso, o residente que obtiver aprovação e frequência estabelecida pelo curso em cada disciplina ou atividade, de acordo com o Regimento da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde da UFPI (COREMU), artigo 35 da Resolução nº 07/2014 – CNRMS/MEC, Resolução nº 01/2007 – CNE/MEC e o artigo 42, da Resolução nº 226/2016 - CEPEX/UFPI.
- 2.3 As áreas profissionais ou de concentração, instituição executora, a duração e as vagas ofertadas para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI estão dispostas nos quadros a seguir.

2.3.1 Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFPI-HU:

CÓD.	ÁREA PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
01	Enfermagem	Hospital Universitário da UFPI (HU)	02 anos	03
02	Farmácia			04
03	Fisioterapia			02
04	Nutrição			03
05	Psicologia			02
TOTAL				14

2.3.2 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Enfermagem Obstétrica:

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
06	Enfermagem Obstétrica	Maternidade Dona Evangelina Rosa	02 anos	08
		TOTAL		08

2.3.3 Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica / Saúde da Família:

CÓD.	ÁREA PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
07	Enfermagem	Campus Ministro Reis Velloso da UFPI/ Secretaria Municipal de Saúde de Parnaíba	02 anos	03
08	Fisioterapia			03
09	Psicologia			03
		TOTAL		09

2.3.4 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Faciais

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
10	Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Faciais	Hospital Universitário/UFPI (HU)	03 anos	02
TOTAL				02

2.3.5 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Medicina Veterinária

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
11	Clínica Médica e Cirúrgica de Cães e Gatos	Hospital Veterinário Universitário da UFPI (HVU)	02 anos	06
12	Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais		02 anos	02
13	Patologia Clínica		02 anos	02
14	Diagnóstico por Imagem		02 anos	02
15	Patologia Animal		02 anos	02
16	Doenças Parasitárias		02 anos	02
17	Sanidade de Ruminantes		02 anos	01
18	Zoonoses e Saúde Pública		02 anos	01
19	Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal		02 anos	01
20	Controle de Qualidade de Produtos de Origem Animal		02 anos	01
TOTAL				20

2.3.6 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Anestesiologia Veterinária

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
21	Anestesiologia Veterinária	Hospital Veterinário Universitário da UFPI (HVU)	02 anos	02
TOTAL				02

2.3.7 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Reprodução Animal

CÓD.	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
22	Reprodução Animal	Hospital Veterinário Universitário da UFPI (HVU)	02 anos	02
TOTAL				02

03 DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

- 3.1 Poderão inscrever-se no processo seletivo unificado para ingresso no ano de 2018 nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI candidatos graduados nas áreas profissionais de cada programa ou em fase de conclusão do curso de graduação, desde que possam concluir-lo até o dia da efetivação da matrícula.
- 3.2 A solicitação da inscrição será efetuada exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese, a partir das **09h do dia 30/11/2017 até às 23h59min do dia 27/12/2017**, observado o horário local.
- 3.3 O candidato deverá preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição, imprimir seu pedido de inscrição e a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento da taxa no valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**. O pagamento deverá ser efetuado até o dia **28/12/2017**, em qualquer agência bancária ou em seus correspondentes. Após esta data, os pagamentos serão desconsiderados e os pedidos de inscrição indeferidos.
 - 3.3.1 Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche os requisitos exigidos para inscrever-se neste processo seletivo.
 - 3.3.2 O boleto da GRU para o pagamento da taxa de inscrição neste processo seletivo deve ser gerado exclusivamente no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese.
 - 3.3.3 Não terá validade, para fins de inscrição neste processo seletivo, o boleto da GRU que, embora quitado dentro do prazo, estiver com o código alterado e cujo pagamento não for confirmado pelo agente financeiro para o banco de dados da COPESE/UFPI.
 - 3.3.4 Uma vez paga, não haverá devolução da quantia referente à taxa de inscrição em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento deste processo seletivo.
 - 3.3.5 O comprovante de agendamento ou programação de pagamento não tem validade para comprovar o pagamento da taxa de inscrição neste processo seletivo.
- 3.4 O preenchimento do formulário eletrônico de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feito com estrita observância das normas deste Edital, dispondo a COPESE/UFPI do direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta ou se constatar, posteriormente,

- que as informações são inverídicas.
- 3.5 A COPESE não se responsabilizará por pedido de inscrição não recebido por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.6 A inscrição do candidato implicará na aceitação total e incondicional das condições previstas neste Edital.
- 3.7 O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição.
- 3.8 Será desconsiderado o pedido de inscrição que estiver em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 3.9 O candidato somente poderá fazer uma única inscrição nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI para ingresso no ano de 2018.
- 3.9.1 Havendo mais de uma inscrição paga, independente da área profissional escolhida, prevalecerá a última inscrição cadastrada, ou seja, a de data e horário mais recentes. As demais inscrições realizadas serão desconsideradas, mesmo que sejam para área profissional diferente. O valor da taxa de inscrição não será devolvido.

04 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1 Os candidatos que atendam às exigências legais estabelecidas no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição no período de **30/11 a 07/12/2017**, devendo, para tanto, fazer a solicitação no formulário de pedido de inscrição, disponível no sítio www.ufpi.br/copese, informando o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, desde que, cumulativamente, se enquadrem nas condições a seguir especificadas:
- Candidato inscrito no Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
 - For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou seja, aquela com renda per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.
- 4.2 A Universidade Federal do Piauí consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 4.2.1 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.
- 4.3 A relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese, até o dia **11/12/2017**.
- 4.3.1 A concessão da isenção do pagamento da inscrição não significa inscrição automática neste processo seletivo, devendo o candidato isento requerer a sua inscrição na forma do item 3.2 deste Edital.
- 4.4 Os candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos poderão interpor recurso mediante o preenchimento de formulário disponível na página eletrônica www.ufpi.br/copese até o dia **12/12/2017**, conforme consta no Cronograma de Execução do Processo Seletivo – Anexo II deste Edital.
- 4.5 O resultado da apresentação de recursos contra o indeferimento de isenção da taxa de inscrição será divulgado até o dia **15/12/2017**.
- 4.5.1 Os candidatos que tiverem o seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição **indeferido** deverão efetivar sua inscrição neste processo seletivo de acordo com o item 3.3 e seus subitens deste Edital.

05 DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 5.1 Candidatos com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, deverão indicar o tipo de deficiência no formulário eletrônico de inscrição e entregar pessoalmente ou por terceiro, no horário das 8h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, em dias úteis, ou encaminhar solicitação, por escrito, via SEDEX, à COPESE, Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, bairro Ininga, Teresina-Piauí, CEP: 64049-550, no período de **30/11/2017 a 03/01/2018**, o formulário conexo devidamente preenchido, a cópia do pagamento da inscrição e o laudo ou atestado médico, expedido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, contados até o término do período das inscrições neste processo seletivo, que comprove sua necessidade, a fim de que seja examinada a possibilidade de atendimento especial.
- 5.2 O formulário para o candidato solicitante de atendimento especial para a realização do processo seletivo estará disponível no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese.
- 5.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido, bem como às possibilidades de atendimento compatível, dentro das condições da UFPI/COPESE.
- 5.4 O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

06 DO ATENDIMENTO ESPECÍFICO A OBESO, GESTANTE OU LACTANTE E PELO NOME SOCIAL

- 6.1 O candidato obeso ou a candidata gestante poderá solicitar à COPESE/UFPI até 5(cinco) dias úteis antes da realização da prova, por meio da página eletrônica www.ufpi.br/copese, cadeira com mais espaço ou mesa e cadeira separadas.
- 6.2 A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, devendo, para tanto, encaminhar à COPESE/UFPI solicitação disponível na página eletrônica www.ufpi.br/copese até 5 (cinco) dias úteis antes da realização da prova, com qualificação completa da candidata, nome e data de nascimento da(s) criança(s) e os dados do(a) acompanhante adulto(a) (nome, data

- de nascimento, número e órgão expedidor da cédula de identidade, número do CPF), que deverá comparecer ao local de realização da prova, ficar em sala reservada para essa finalidade e responsabilizar-se pelos cuidados e guarda da(s) criança(s).
- 6.2.1 Em caso de atendimento da solicitação, a COPESE/UFPI providenciará sala específica para a(s) criança(s) e o(a) acompanhante localizada o mais próximo possível da sala de realização da prova.
- 6.2.2 A COPESE/UFPI não se responsabilizará pelos cuidados e guarda da(s) criança(s) durante a realização da prova.
- 6.2.3 No momento da amamentação, a candidata deverá ser acompanhada por uma fiscal cadastrada pela COPESE/UFPI.
- 6.2.4 Não haverá compensação do tempo utilizado para amamentação e outros cuidados maternais no tempo de duração da prova.
- 6.2.5 Não será permitida a presença da(s) criança(s) e nem do(a) acompanhante na sala de realização da prova.
- 6.2.6 A candidata lactante que estiver com a(s) criança(s) no momento de realização da prova e não levar acompanhante para cuidar da(s) criança(s) não fará a prova.
- 6.3 Com base no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, o candidato travesti ou transexual que após realizar a sua inscrição neste processo seletivo desejar atendimento pelo NOME SOCIAL (designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida, em consonância com a sua identidade de gênero) poderá solicitá-lo na página eletrônica www.ufpi.br/copese, por meio de formulário disponível, que deverá ser impresso, preenchido com a justificativa da condição que motiva a solicitação, devidamente assinado e enviado pelo e-mail copese@ufpi.edu.br, no período de **30/11/2017 a 03/01/2018 (exceto no período de 20 a 31/12/2017)**.
- 6.3.1 Não serão aceitas outras formas de solicitação para atendimento específico pelo NOME SOCIAL, tais como: via postal, telefone, fax e redes sociais.

07 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

- 7.1 O processo seletivo será realizado em **02 (duas) etapas**:
- Prova escrita objetiva – 1^a etapa;
 - Avaliação curricular – 2^a etapa.
- 7.2 A 1^a etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constará de prova escrita objetiva com 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões sobre Saúde Pública e Legislação do SUS e 30 (trinta) questões sobre conhecimentos específicos da área profissional escolhida pelo candidato no ato da inscrição, valendo 2,5 (dois e meio) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos.
- 7.2.1 A prova escrita objetiva para os programas de Residência Multiprofissional em Saúde da UFPI-HU, de Residência em Área Profissional da Saúde-Enfermagem Obstétrica, de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e de Residência em Área Profissional da Saúde-Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Facial será específica em cada área profissional ou de concentração, conforme Conteúdos Programáticos apresentados no Anexo I deste Edital.
- 7.2.2 A prova escrita objetiva para os programas de Residência em Área Profissional da Saúde-Medicina Veterinária (incluindo todas as áreas de concentração), de Residência em Área Profissional da Saúde-Anestesiologia Veterinária e de Residência em Área Profissional da Saúde-Reprodução Animal será unificada, conforme Conteúdo Programático apresentado no Anexo I deste Edital.
- 7.2.3 A realização da prova escrita objetiva (1^a etapa) está explicitada. Na seção 08 deste Edital.
- 7.3 A 2^a etapa, de caráter apenas classificatório, consistirá da entrega, pelo candidato ou seu procurador, dos componentes curriculares especificados na Planilha de Avaliação Curricular - Anexo IV deste Edital, e na avaliação e pontuação dos documentos comprobatórios pela Comissão Examinadora, obedecendo às datas previstas no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital.
- 7.3.1 Os procedimentos para avaliação curricular (2^a etapa) estão explicitados na seção 09 deste Edital.
- 7.4 As etapas do processo seletivo, a área de conhecimento, o número de questões e a pontuação da prova escrita objetiva e da avaliação curricular estão especificados no quadro a seguir.

ETAPAS	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS
1 ^a	Prova escrita objetiva	Saúde Pública e Legislação do SUS (para todos os programas de Residência)	10	100
		Conhecimentos em Medicina Veterinária para os programas de Residência em Medicina Veterinária, Anestesiologia Veterinária e Reprodução Animal, e Conhecimentos específicos da área profissional ou de concentração para os demais programas de Residência	30	
2 ^a	Avaliação curricular	-	-	100
TOTAL DE PONTOS				200

- 7.5 As questões da prova escrita objetiva constarão de 5 (cinco) alternativas de respostas, do tipo múltipla escolha, com uma única resposta correta.
- 7.6 O conteúdo programático e a bibliografia recomendada para a prova escrita objetiva constam no Anexo I deste Edital.

08 DA PROVA ESCRITA OBJETIVA – 1^a ETAPA

- 8.1 A prova escrita objetiva será aplicada na cidade de Teresina-PI, no dia **21/01/2018**, conforme Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital, com 03 (três) horas de duração, já incluído o tempo para preenchimento do cartão- resposta, iniciando-se às 8 (oito) horas e encerrando-se às 11 (onze) horas, observado o horário local.
- 8.1.1 O local de aplicação da prova será divulgado na internet, na página eletrônica www.ufpi.br/copese, até o dia **16/01/2018**.
- 8.1.2 O candidato deverá acessar o sítio www.ufpi.br/copese e imprimir o seu cartão de inscrição com a informação do local onde será realizada a prova escrita objetiva.
- 8.1.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
- 8.2 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização da prova com antecedência mínima de **01 (uma) hora** do horário fixado para o seu início, munido de:
- caneta esferográfica (tinta preta ou azul-escuro);
 - comprovante de pagamento da taxa de inscrição, exceto para candidato que obtiver direito à isenção;
 - cartão de inscrição;
 - documento original de identidade informado no pedido de inscrição.
- 8.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, o documento de identidade original informado por ocasião da inscrição neste processo seletivo, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado outro documento original com foto e assinatura, que tenha fé pública: identidade civil (expedida pelas Secretarias de Segurança Pública ou Polícia Civil); ou identidade militar (expedida pela Polícia Militar, Polícia Federal ou Forças Armadas); ou identidade profissional (expedida por Ordens ou Conselhos Profissionais); ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou Carteira Nacional de Habilitação.
- 8.3.1 Na ocasião, o candidato que apresentar documento de identidade diferente do informado na inscrição será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 8.3.2 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
- 8.3.3 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 8.3.4 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.
- 8.3.5 Não será aceito boletim de ocorrência sobre perda, roubo ou extravio de documento de identificação.
- 8.4 Para candidato estrangeiro, serão considerados documentos de identidade o passaporte e a cédula de identidade emitida pelo país de origem.
- 8.5 Sem o documento original de identidade o candidato não fará prova.
- 8.6 O(s) portão(ões) do Centro de Aplicação de Prova-CAP será(ão) aberto(s) às 7(sete) horas. Se estiver chovendo, o horário de entrada dos candidatos poderá ser antecipado, a critério da Coordenação do CAP, mediante autorização da COPESE
- 8.7 A entrada dos candidatos na sala de prova só será permitida a partir das 7(sete) horas, após identificação e verificação de seus dados pelos fiscais credenciados, salvo em caso de motivo de força maior.
- 8.8 Após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de aplicação da prova sem autorização e/ou sem acompanhamento da fiscalização.
- 8.9 Não será admitido à sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova.
- 8.10 Se antes do começo da prova ocorrer falta eventual de energia elétrica ou outro fenômeno relevante no(s) centro(s) de aplicação de prova (CAP), o horário do início da prova poderá ser prorrogado, mediante análise da situação e decisão da COPESE. Neste caso, haverá compensação do tempo no horário de duração da prova.
- 8.10.1 Se ocorrer eventual falta de energia elétrica ou outro fenômeno relevante durante a realização da prova, poderá haver compensação do tempo no horário de duração da prova, se esta for a decisão tomada pela COPESE de acordo com a avaliação do problema.
- 8.11 O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.
- 8.12 É expressamente proibido ao candidato portar no local de aplicação da prova quaisquer aparelhos de comunicação, de cálculo e/ou registro de dados. Durante a realização da prova escrita objetiva, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, bem como, portar armas, usar óculos escuros, boné, boina, chapéu ou similares (ressalvados os casos de expressa recomendação médica).
- 8.12.1 A COPESE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 8.13 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a realização da prova:
- For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
 - Utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;
 - For surpreendido portando qualquer dos equipamentos ou similar, discriminados no subitem 8.12 deste Edital;
 - Faltar com o devido respeito com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e com os candidatos;
 - Recusar-se a entregar o caderno de questões (prova) e/ou o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a sua realização;

- e) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal e/ou portando cartão-resposta;
 - f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - g) Portar arma de qualquer natureza, mesmo que possua o respectivo porte;
 - h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do certame.
- 8.14 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova em razão de afastamento de candidatos da sala de aplicação da prova.
- 8.15 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação/classificação.
- 8.16 O cartão-resposta será entregue ao candidato após decorridos 30 (trinta) minutos do início da realização da prova. Na ocasião, o candidato assinará o cartão-resposta e a folha de frequência.
- 8.17 Somente será permitido ao candidato entregar o caderno de questões (prova) e o cartão-resposta **após 1 (uma)** hora do início da realização da prova.
- 8.17.1 O candidato que, por qualquer motivo, entregar o caderno de questões (prova) antes de completar 1 (uma) hora do início de realização da prova, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 8.18 As respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que é o único documento válido para correção.
- 8.19 O preenchimento do cartão-resposta, conferências de seus dados e assinatura serão de responsabilidade exclusiva do candidato que procederá de acordo com as instruções nele contidas.
- 8.19.1 As marcações que estiverem em desacordo com as instruções contidas no cartão-resposta serão consideradas incorretas. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta são de inteira responsabilidade do candidato.
- 8.19.2 Não serão computadas questões com respostas não assinaladas ou que contenham mais de uma marcação, emenda ou rasura.
- 8.20 Ao encerrar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala, o caderno de questões (prova) e o cartão-resposta devidamente assinados.
- 8.21 Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato, seja qual for o motivo alegado.
- 8.22 O não comparecimento ao local no horário e data determinados para realização da prova implicará a eliminação automática do candidato.
- 8.23 O gabarito da prova será divulgado na data constante no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital.
- 8.24 Não será aplicada prova em local, data ou horário diferentes dos predeterminados no cartão de inscrição do candidato disponibilizado na data constante no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital.
- 8.25 Se, após a realização da prova, for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato utilizou de processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 8.26 Será considerado aprovado na prova escrita objetiva o candidato que atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões da prova escrita objetiva, até cinco vezes o número de vagas por área do programa.

09 DA AVALIAÇÃO CURRICULAR – 2^a ETAPA

- 9.1 Serão selecionados para a 2^a etapa apenas os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% de acerto das questões da prova escrita objetiva até cinco vezes o número de vagas por área do programa, conforme estabelecido no item 8.26 deste Edital.
- 9.1.1 Os candidatos empatrados na última posição no resultado da prova escrita objetiva de cada Área Profissional/Área de Concentração, serão também selecionados para a 2^a etapa deste certame.
- 9.2 Os títulos a serem considerados são os constantes na Tabela de Pontuação do Currículo - Anexo III deste Edital, não se admitindo pontuação a qualquer outro documento.
- 9.2.1 Serão considerados como títulos apenas os documentos expedidos por instituições devidamente reconhecidas, conforme especificados na Tabela de Pontuação do Currículo - Anexo III deste Edital.
- 9.2.2 Os diplomas e certificados obtidos no exterior só serão aceitos se revalidados e registrados no Brasil, na forma da lei.
- 9.3 A pontuação dos títulos é limitada ao total de 100 (cem) pontos, resultante do somatório dos pontos estipulados na Tabela de Pontuação de Títulos - Anexo III deste Edital.
- 9.4 Os pontos que excederem o valor máximo de cada título estipulado na Tabela de Pontuação do Currículo - Anexo III deste Edital, bem como os que excederem o total de 100 (cem) pontos, serão desconsiderados.
- 9.5 Os documentos comprobatórios a serem examinados deverão ser relacionados de forma organizada (Doc. A, Doc. B, Doc. C,... Doc. L) de acordo com a Planilha de Avaliação Curricular - Anexo IV deste Edital e as citações correspondentes comprovadas com cópias legíveis acompanhadas dos respectivos originais que serão devolvidos após conferência e entregues no período de **31/01 a 01/02/2018**, conforme previsto no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital.
- 9.6 O candidato entregará, obrigatoriamente, a Planilha de Avaliação Curricular - Anexo IV deste Edital, que será disponibilizada na página eletrônica www.ufpi.br/copese, devidamente preenchida e assinada, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios.
- 9.7 Será desconsiderado o título que não preencher devidamente o requisito da comprovação.
- 9.8 A entrega de títulos não assegura ao candidato sua aceitação pela comissão que irá analisá-los.
- 9.9 Cada documento será considerado e avaliado uma única vez.
- 9.10 Os Títulos poderão ser entregues pelo candidato munido de documento de identidade ou por procurador, mediante apresentação de fotocópia legível do documento de identidade do procurador e de procuração pública

ou particular do interessado, acompanhada de cópia legível de documento de identidade do candidato, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, obedecendo ao período previsto no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital, na Coordenadoria Permanente de Seleção-COPES/UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina-PI.

- 9.11 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados relativos aos títulos, a respectiva pontuação do candidato será anulada.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativo à divulgação do gabarito das questões da Prova Objetiva e da pontuação da Avaliação Curricular. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, dirigidos à COPES/UFPI, e encaminhados através de Formulário Eletrônico disponibilizado na página eletrônica www.ufpi.br/copese em data prevista no Cronograma de Execução – Anexo II deste Edital.
- 10.2 Na formulação do recurso da prova objetiva, cada questão deverá ser indicada individualmente e fundamentada com o arrazoado do pleiteante.
- 10.3 Na prova objetiva, o(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.
- 10.4 Os recursos serão analisados pela Comissão de elaboração da prova e pela Comissão de Avaliação de Títulos, designadas pela COPES/UFPI, que decidirão sobre o acolhimento ou não, constituindo-se em única e última instância.
- 10.4.1 A decisão final das Comissões será soberana e definitiva, não cabendo desta forma recurso contra o resultado da decisão em âmbito administrativo.
- 10.4.2 Recursos inconsistentes serão indeferidos.
- 10.5 Os recursos somente serão admitidos se interpostos nos prazos determinados no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital.
- 10.6 Não serão aceitos recursos interpostos via fax, telex, correios, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no subitem 10.1 deste Edital.
- 10.7 A COPES/UFPI não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 10.8 Não caberá recurso de caráter administrativo contra o resultado final do processo seletivo.

11 DO RESULTADO FINAL

- 11.1 A classificação final dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente, resultante do somatório do total de pontos obtidos na Prova Escrita Objetiva e na Avaliação Curricular.
- 11.2 Ocorrendo igualdade de pontos no Resultado Final, o desempate, para fins de classificação, será em prol do candidato que obtiver maior número de pontos na prova escrita objetiva.
- 11.2.1 Em persistindo o empate, será classificado o candidato que tenha mais idade (na hipótese de haver candidatos com dia, mês e ano de nascimento iguais, o critério de desempate será a hora do nascimento).
- 11.3 O Resultado Final dos candidatos classificados será divulgado na data fixada no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese.

12 DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- 12.1 Os candidatos aprovados serão admitidos ao respectivo Programa de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPI, na ordem rigorosa de classificação, até o número de vagas oferecidas.
- 12.2 A convocação dos candidatos classificados para o preenchimento das vagas não preenchidas será realizada no dia **27/02/2018**.
- 12.2.1 A divulgação será feita na página eletrônica www.ufpi.br, tendo o candidato o prazo de 1 (um) dia útil para efetuar a matrícula. O candidato que não se apresentar nesse prazo será considerado desistente e, portanto, desclassificado.
- 12.3 Caso haja desistência de algum candidato ou residente já matriculado, será convocado o próximo candidato classificado da respectiva área profissional constante na lista do Resultado Final, conforme subitem 11.3 deste Edital, no período máximo de 30 (trinta) dias após o início das atividades do Programa (**01/03/2018**), de acordo com a Resolução CNRMS nº 3, de 16/04/2012.

13 DA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

- 13.1 As matrículas dos candidatos aprovados e classificados serão realizadas no dia **26/02/2018**, no horário das **8 às 12h e das 14 às 17h**, na Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação/PRPG, no seguinte endereço: Campus Ministro Petrônio Portella, Bloco 06, Bairro Ininga, Teresina – PI, CEP: 64049-550.
- 13.2 No ato da matrícula, o candidato deverá entregar, pessoalmente ou por procuração, a seguinte documentação:
- Ficha de cadastro devidamente preenchida;
 - Uma foto 3X4 recente e colorida;
 - Diploma ou certidão de conclusão do curso de graduação na área profissional em que foi classificado, expedido pela instituição formadora.
 - Número do registro junto ao Conselho competente da respectiva área profissional;

- e) Fotocópia do CPF e comprovante de regularização (www.receita.fazenda.gov.br);
 - f) Fotocópia da Cédula de Identidade;
 - g) Fotocópia do Título de Eleitor e comprovante de votação atualizado ou prova de quitação com as obrigações eleitorais;
 - h) Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino até 45 anos de idade);
 - i) Comprovante de inscrição no INSS;
 - j) Comprovante de vacinação contra tétano e hepatite B;
 - k) Fotocópia de apólice de seguro contra acidentes pessoais, invalidez ou morte, tendo como titular o candidato;
 - l) Termo de Compromisso de Dedicação Exclusiva à Residência, conforme modelo apresentado no Anexo V deste Edital.
- 13.3 O candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os originais dos documentos comprobatórios para autenticação das cópias a serem entregues.
- 13.4 Os candidatos estrangeiros deverão apresentar os documentos equivalentes aos solicitados no subitem 13.2 deste Edital, acrescidos de fotocópia e original dos seguintes documentos: passaporte, visto permanente no Brasil (exceto candidatos amparados por acordos, convênios ou tratados) e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros - CELPE-BRAS, em nível intermediário superior (exceto para falantes nativos do português).
- 13.5 O não comparecimento do candidato classificado no período estipulado implicará na perda da vaga.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 Ao residente do Programa de Residência Multiprofissional e do Programa de Residência em área Profissional da Saúde da UFPI, será assegurada bolsa de acordo com a Lei nº 11.129, de 30/06/2005.
 - 14.1.1 O valor da bolsa dos residentes é definido pela Lei nº 6.932, de 07/07/1981, e suas alterações.
- 14.2 A inscrição implicará no compromisso de aceitação, por parte do candidato, das condições referentes à seleção e demais disposições estabelecidas pelo regimento interno da COREMU/UFPI e do Programa de Residência Multiprofissional e do Programa de Residência em área Profissional da Saúde da UFPI.
- 14.3 No ato da matrícula, os residentes assinarão o Termo de Compromisso, no qual declararão plena ciência do teor do Regimento Interno da COREMU/UFPI, do Programa de Residência Multiprofissional e em Profissional da Saúde da UFPI.
- 14.4 O candidato matriculado que não comparecer na instituição executora do Programa no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a data do início das atividades, prevista para **01/03/2018**, será considerado desistente e automaticamente eliminado do Programa, sendo convocado o candidato subsequente da lista classificatória.
- 14.5 O Programa de Residência Multiprofissional e o Programa de Residência em área Profissional da Saúde da UFPI são cumpridos em regime de Dedicação Exclusiva (Lei nº 11.129/2005), não podendo o residente desenvolver outras atividades profissionais, públicas ou privadas, no período de realização da Residência, e possui carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, incluindo plantões diurnos e noturnos, em sábados, domingos e feriados, perfazendo um total de 2.880 horas anuais.
- 14.6 Os residentes se obrigam também a apresentar no início do segundo ano da residência, até **02 de março de 2019**, cópia autenticada do comprovante de regularidade junto ao Conselho competente e cópia autenticada de apólice de seguro pessoal vigente até o término da Residência.
 - 14.6.1 A não apresentação da cópia autenticada do comprovante de regularização no conselho profissional e da cópia autenticada da apólice de seguro pessoal até **10 de março de 2019** acarretará o desligamento do residente, a critério da Coordenação do Programa.
- 14.7 Qualquer alteração no Cronograma de Execução - Anexo II deste Edital será divulgada na internet, na página eletrônica www.ufpi.br/copese.
- 14.8 A COPESE/UFPI divulgará, se necessário, notas ou normas complementares a este Edital no sítio www.ufpi.br/copese.
- 14.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da UFPI e pela COREMU/UFPI, juntamente com a COPESE e a Coordenação do Programa.
- 14.10 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do estado do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para interposição de recursos judiciais relativos a este Edital.
- 14.11 O prazo de validade deste Edital será de 60 (sessenta) dias após o início do programa de residência (01 de março de 2018), encerrando-se no dia 30 de abril de 2018, às 17h30min.
- 14.12 Decorridos 120 (cento e vinte) dias após a publicação do resultado final do processo seletivo, os cartões-respostas serão incinerados.

Teresina, 28 de novembro de 2017.

Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-Reitora da UFPI, no exercício da reitoria

ANEXO I – EDITAL Nº 22/2017-UFPI

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS

1. SAÚDE PÚBLICA E LEGISLAÇÃO DO SUS (PARA TODAS AS ÁREAS)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: História das políticas de saúde no Brasil. Reforma sanitária. Sistema Único de Saúde (SUS): fundamentos, objetivos, atribuições, competências, princípios, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais, recursos humanos, planejamento, orçamento e financiamento. Controle Social no SUS. Pacto pela Saúde. Política Nacional de Atenção Básica em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Política Nacional de Humanização. Saúde da população do campo, das águas e das florestas. Atenção integral à saúde dos povos indígenas, ciganos, das pessoas privadas de liberdade, da população em situação de rua e população negra. Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>.
- _____. **Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm>.
- _____. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS - Atenção Hospitalar.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_hospitalar.p>.
- _____. Ministério da Saúde. **Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Coletanea_Normas.pdf>.
- _____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.
- _____. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume9.pdf>>.
- _____. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_integra_direitos_2006.pdf>.
- _____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>.
- _____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Artigos 196 a 200. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicaoederal.pdf>> _____. Ministério da Saúde. Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano. Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 44 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios_cuidado_saude_povo_cigano.pdf Acesso em 28 de março, 2017.
- _____. Saúde da população em situação de rua: um direito humano. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em 08 de abril, 2016.
- _____. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em 05 de abril, 2016.
- _____. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1ª ed.; Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em 08 de abril, 2016.
- _____. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesticas_gays.pdf. Acesso em 04 de abril, 2016.
- _____. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, Brasília: 2002. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 28 de março, 2017.
- GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
- MERHY, E. E. **O trabalho em Saúde:** olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: HUCITEC, 2012.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: OPAS, 2008.
- TEIXEIRA, Carmem Fontes (Org.). Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010.

2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR ÁREA PROFISSIONAL OU DE CONCENTRAÇÃO

2.1 ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Ética e bioética em enfermagem: aspectos éticos e legais do exercício profissional do enfermeiro. Semiologia geral e dos sistemas. Preparo e administração de medicamentos. Sinais vitais. Exame físico. Biossegurança. Ações de Enfermagem na prevenção e controle de infecção relacionada à assistência à saúde

Metodologia da assistência de enfermagem: sistematização da assistência em enfermagem, processo de enfermagem. Epidemiologia da saúde e vigilância à saúde. Administração aplicada à enfermagem: princípios e elementos de administração, estrutura organizacional, supervisão, avaliação de desempenho, planejamento em enfermagem, administração de recursos humanos e materiais. Imunizações. Caracterização e atuação do(a) enfermeiro(a) nas linhas de cuidados: Criança e adolescente; Mulher; Idoso; Homem; Saúde do Trabalhador; Saúde da população quilombola. Cuidados de enfermagem com o paciente grave, noções de ventilação mecânica, interpretação de gasometria. Cuidados e manuseio de tubos, drenos, sondas e cateteres. Pesquisa em Enfermagem. Assistência à mulher no pré-natal. Assistência ao parto. Assistência ao puerpério normal e patológico. Assistência ao recém-nascido em sala de parto e alojamento conjunto.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia & Saúde. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.
- ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- BALASKAS, J. **Parto ativo**: guia prático para o parto natural. 2 ed. São Paulo: Grund. 2012. Disponível em: <http://www.ground.com.br/partoativo>
- BARROS, A.L.B.L.; et al. **Anamnese e exame físico**: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BRASIL. **Decreto 94.406, de 08 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá providências. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br>>
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2616, de 12 de maio de 1998**. Regulamenta as ações de controle de infecção no Brasil. Publicado no Diário Oficial.
- _____. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco**: manual técnico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf>
- _____. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/caderno_atencao_pre_natal_baixo_risco.pdf>.
- _____. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_recem_nascido_%20guia_profissionais_saude_v1.pdf>
- BRUNNER L.S.; SUDDARTH, D.S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- CARVALHO, G. M.; LULA, H. M.; OLIVEIRA, L. R. **Diagnóstico e intervenções de enfermagem** em: ginecologia, obstetrícia e neonatologia. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2010.
- CARVALHO, M. R.; TAVARES, L. A. M. **Amamentação** - bases científicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- CINTRA, E. A. et al. **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. São Paulo: Atheneu, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 358/2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 514/2016**. Aprova o Guia de Recomendações para os registros de enfermagem no prontuário do paciente, com a finalidade de nortear os profissionais de Enfermagem. Disponível em <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/RESOLU%C3%87%C3%83O-COFEN-N%C2%BA-0514-2016-GUIA-DE-RECOMENDA%C3%87%C3%95ES-vers%C3%A3o-web.pdf>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 311/2007**. Aprova reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resolucao-cofen-3112007_4345.html>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Principais legislações para o exercício de enfermagem. Disponível em: <www.portalcofen.gov.br>.
- DOENGES, M.E.; MOORHOUSE, M.F.; MURR, A.C. **Diagnósticos de Enfermagem** – intervenções, prioridades, fundamentos. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- FISHBACH, F. **Manual de enfermagem**: exames laboratoriais e diagnóstico. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- GARCIA, T.G.; EGRY, E.Y. (Orgs.) **Integralidade da atenção no SUS e na sistematização da assistência de enfermagem**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 335p.
- HUDAK, C.M.; GALLO, B.M. **Cuidados intensivos de enfermagem**. Uma abordagem holística. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- KNOBEL, E. **Condutas no paciente grave**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- KURCGANT, P. (Coord.). Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- MEDRONHO, R.A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.
- POLIT, D.F., BECK, C. T. HUNGLER, B. P. Fundamentos de Pesquisa Em Enfermagem - Avaliação de Evidência Para a Prática da Enfermagem . 7ª Edição. Artmed. 2011.
- POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PORTO, C.C. **Exame clínico**: bases para a prática médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- POTTER, P.A; PERRY, A.G. **Fundamentos de enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- REZENDE, J; MONTENEGRO, A. C. N. **Obstetrícia fundamental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- RICCI, S. C. **Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- SOUZA, A. B. G. **Enfermagem neonatal**: cuidado integral ao recém-nascido. São Paulo: Martinari, 2011. SOUZA, K. V; SOUZA, I. E. O.
- PROENF: Saúde materna e neonatal. Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2009.

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. **Enfermagem em saúde coletiva:** teoria e prática. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2012.

POTTER, P.A.; PERRY, A.G. **Fundamentos de enfermagem.** 7. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan. 2007.

TANNURE, M.C. **SAE:** sistematização da assistência de enfermagem - guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

2.2 NUTRIÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. Avaliação nutricional na prática clínica: triagem nutricional, avaliação antropométrica, bioquímica, inquéritos dietéticos, exame físico e clínico. 2. Determinação das necessidades nutricionais. 3. Interação fármaco-nutriente. 4. Terapia nutricional oral: dietas hospitalares de rotina, adaptações e modificações dietéticas. 5. Terapia nutricional do trato digestório, doenças inflamatórias intestinais, doenças pulmonares, insuficiência hepática, pancreatites aguda e crônica. 6. Terapia nutricional em doenças autoimunes, endócrinas e metabólicas, nefropatias, síndrome nefrótica. 7. Terapia nutricional nas doenças cardiovasculares. 8. Terapia nutricional em cirurgias e traumatismos, oncologia, obesidade e carências nutricionais. 9. Terapia Dialítica. 10. Suporte Nutricional Enteral e Parenteral.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- ASSOCIAÇÃO Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2016 / ABESO** - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. – 4.ed. - São Paulo, SP
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Gestão Assistencial. Hospital do Câncer I. Serviço de Nutrição e Dietética. **Consenso nacional de nutrição oncológica**, volume 2. - Rio de Janeiro: INCA, 2011.
- COMINERRI, Cristiane; ROGERO, Marcelo Macedo; HORST, Maria Aderusa. **Genômica Nutricional.** Dos fundamentos à nutrição molecular. São Paulo. Manole, 2017.
- COZZOLINO, Sílvia Maria Fransciscato; COMINETTI, Cristiane. **Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição.** São Paulo: Manole, 2013.
- CUPPARI, Lilian; AVESANI, Carla Maria; KAMIMURA Maria Ayako. **Nutrição na doença renal.** São Paulo: Manole, 2013.
- FALUDI, André Arpad et al. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Arq. Bras. Cardiol.** [online]. 2017, vol.109, n.2, suppl.1, pp.1-76. ISSN 0066-782X.
- FERREIRA, Ana Lúcia Anjos et al. Síndrome Metabólica: atualização de critérios diagnósticos e impacto do estresse oxidativo na patogênese. **Rev. Bras. Clin. Med.** São Paulo, 2011 jan/fev 9(1).
- GIBNEY, Michael J. (Ed.). **Nutrição clínica.** São Paulo. Guanabara Koogan, 2007.
- HARDMAN, W. Elaine. Review Diet components can suppress inflammation and reduce cancer risk. **Nutrition Research and Practice** 2014; 8(3):233-240.
- LOTTERBERG, A. M. P. Importância da gordura alimentar na prevenção e no controle de distúrbios metabólicos e da doença cardiovascular. **Arq Bras Endocrinol Metab.** 2009; 53 (5):595-607.
- LOTTERBERG, A. M. P.; FAN, Patricia Luriko Tomita; BUONACORSO, Vivian. Efeitos da ingestão de fibras sobre a inflamação nas doenças crônicas. **Einstein** (São Paulo), vol.8, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2010.
- MAHAN, L. KATHLEEN - ESCOTT-STUMP, SYLVIA - KRAUSE Krause - Alimentos, Nutrição e Dietoterapia – 13ª. edição, 2013.
- MILECH, Adolfo et. al. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2015-2016).** (Org. José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio). São Paulo: A.C. Farmacêutica, 2016.
- RAMOS-NINO, Maria E. Review Article The Role of Chronic Inflammation in Obesity-Associated Cancers. **Hindawi Publishing Corporation ISRN Oncology**. Volume 2013, Article ID 697521, 25 pages.
- RANI, Vibha; GAGAN, Deep; SINGH, Rakesh K.; PALLE, KOMARAIH; YADAV, Umesh C.S. **Oxidative stress and metabolic disorders: Pathogenesis and therapeutic strategies.** Life Sciences (2016).
- RIELLA, Miguel Carlos; MARTINS, Cristina. Nutrição e o Rim. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- SANTOS, R.D. et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular. **Arq Bras Cardiol.** 2013; 100(1 Supl.3):1-40.
- II Consenso Brasileiro sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC - 2004. **Jornal Brasileiro de Pneumologia.** Nov. /2004.
- SHILS, Maurice E.; OLSON, James A.; SHIKE, Moshe (Eds.). **Modern nutrition in health and disease.** 11. ed. brasileira. Philadelphia: Lea & Febiger, 2012. V. 2.
- 7ª DIRETRIZ Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia.** Volume 107, Nº 3, Suplemento 3, set. 2016.
- TANGVARASITTHAI, Surapon. Oxidative stress, insulin resistance, dyslipidemia and type 2 diabetes mellitus. **World J Diabetes** 2015 April 15; 6(3): 456-480 ISSN 1948-9358 (online).
- VANNUCCHI, Hélio; MANCHINI, Júlio Sérgio. Nutrição e metabolismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- WAITZBERG, Dan Linetzy. **Nutrição enteral e parenteral na prática clínica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

2.3 FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Legislação farmacêutica: Portaria MS nº 4.283/2010; Resolução CFF 585, de 29 de agosto de 2013; Resolução CFF 586, de 29 de agosto de 2013; e Código de Ética Farmacêutica. Política de segurança do paciente (RDC 36, DE 25/07/2013 e Anexo 3: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos). Assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Manipulação de medicamentos (RDC nº. 67 de 8 de outubro de 2007 e RDC nº. 87 de 21 de novembro de 2008). Técnicas de coleta e processamento de amostras biológicas para laboratório clínico. Hematologia: hemograma – componentes e interpretação e patologias relacionadas. Bioquímica clínica: avaliação e diagnóstico laboratorial de patologias e funções fisiológicas. Diagnóstico microbiológico em laboratório clínico:

infecções bacterianas e fúngicas. Gestão e logística de medicamento e material hospitalar. Dispensação. Farmacotécnica hospitalar. Produtos para a saúde. Saneantes. Nutrição parenteral. Controle de infecção hospitalar. Cálculos Farmacêuticos. Farmacovigilância. Hemovigilância. Tecnovigilância. Farmácia Clínica. Erros de medicação. Interações medicamentosas. Antimicrobianos. Farmacoterapia da insuficiência hepática, insuficiência renal, hipertensão, diabetes, insuficiência cardíaca e inflamação.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- ANSEL, H.C.; ALLEN, L.; POPOVICH, N. G. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- AULTON, M. **Delineamento de formas farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BAIN, B. J. **Células sanguíneas**: um guia prático. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRUNTON, L.L.; CHARBNER, B.A.; KNOLLMANN, B.C. **Goodman & Gilman**-As bases farmacológicas da terapêutica. 12. ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2012.
- BURTIS, C.A., ASHWOOD, E.R., BRUNS, D.E. TIETZ: **Fundamentos de química clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- CAVALLINI, M. E.; BISSON, M.P. **Farmácia hospitalar**: um enfoque em sistemas de saúde. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 260 p
- FERRACINI, F.; MENDES, W. **Farmácia clínica**: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.
- HENRY, J.B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. 20. ed. Barueri, SP: Manole, 2008.
- OLIVEIRA, R.A.G. **Hemograma**: como fazer e interpretar. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2007.
- STORPIRTIS, S. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- WALLACH, J. **Interpretação de exames laboratoriais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

2.4 FISIOTERAPIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: A Fisioterapia e o aspecto biopsicossocial das coletividades humanas. Saúde funcional na atenção primária à saúde em todas as fases do ciclo da vida e em populações vulneráveis. Vigilância dos distúrbios cinésiofuncionais. Programas e políticas públicas de saúde e a Fisioterapia. Métodos de avaliação funcional em fisioterapia cardiorrespiratória, neurofuncional e musculoesquelética do adulto. Diagnóstico cinético-funcional nas diversas enfermidades. Recursos e técnicas empregados nas afecções respiratórias, cardiovasculares, traumato-ortopédicas e neurológicas. Análise e interpretação de exames complementares na prática fisioterapêutica. Ética, deontologia e prática fisioterapêutica baseada em evidências.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- BISPO JUNIOR, J.P. **Fisioterapia e saúde coletiva**: reflexões, fundamentos e desafios. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARROS FILHO, T. E. P.; CAMARGO, O. P.; CAMANHO, G. L. **Clínica ortopédica** – volumes 1 e 2. São Paulo: Manole, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução Nº 424-COFFITO/2013, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Publicado no D.O.U. nº 147, Seção 1, de 01/08/2013.
- DUTTON, M. **Guia de sobrevivência do fisioterapeuta**: manejando condições comuns. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- FALOPPA, F.; ALBERTONI, W. M. **Ortopedia e traumatologia**. São Paulo: Manole, 2008.
- FELTRIM, M. I. Z.; SILVA, A. M. P.; NOZAWA, E. (Orgs.). **Fisioterapia cardiorrespiratória na UTI cardiológica**. São Paulo: Blucher, 2015.
- GUIMARÃES, F. S.; MARTINS, J. A. **Programa de atualização em fisioterapia em terapia intensiva do adulto – PROFISIO**. Porto Alegre: Artmed, 2010. (Ciclo 1 e 2).
- KOJIMA, K. E.; BARROS FILHO, T. E. P.; FERNANDES, T. D. **Casos clínicos em ortopedia e traumatologia**: guia prático para formação e atualização em ortopedia. Barueri, SP: Manole, 2009.
- MACHADO, M. G. R. **Bases da fisioterapia respiratória** – terapia intensiva e reabilitação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- O'SULLIVAN, S. B; SCHMITZ, T. J. **Fisioterapia**: avaliação e tratamento. 5. ed. São Paulo: Manole, 2010.
- SARMENTO, G. J. V. et al. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
- SARMENTO, G. J. V. **O ABC da fisioterapia respiratória**. Barueri, SP: Manole, 2009.

2.5 PSICOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Inserção do psicólogo em instituições de saúde em diferentes níveis de atenção. A psicologia e o campo das Políticas Públicas de Saúde: inserção e atuação do psicólogo no SUS. Atuação em equipe multiprofissional. Ética profissional do psicólogo. Atuação do psicólogo e suas especialidades. Saúde mental e atenção psicossocial. Atendimento ao paciente crônico e em agravos agudos. Psicologia e clínica ampliada. Psicologia clínico-hospitalar. Avaliação psicológica no contexto ambulatorial, hospitalar e domiciliar. Registros técnicos; Entrevista psicológica. Psicoterapias individual e em grupo. Trabalho do psicólogo junto à família; Cuidados paliativos. Comunicação; luto e perdas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). **Psicologia da saúde** – um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira Psicologia, 2000.
- CAMPOS, T.C.P. **Psicologia hospitalar**: a atuação do psicólogo em hospital. São Paulo: EPU, 1995.
- CARMO, E.M., SOUZA, Z.D. Registros psicológicos no contexto de psicologia hospitalar. In: ELIAS, V. et al. **Horizontes da psicologia hospitalar** – saberes e fazer. São Paulo: Ateneu, 2015, p. 41-47.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética, 2005. Disponível em: www.pol.org.br.
_____. Resolução nº 007/2003, de 14 de junho de 2003. Disponível em: www.pol.org.br.
_____. Resolução CFP N.º 013/2007, de 14 de setembro de 2007. Disponível em: www.pol.org.br.
COUTO, L. L. M.; SCHIMITH, P. B.; DALBELLO-ARAUJO, M. Psicologia em ação no SUS: a interdisciplinaridade posta à prova. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n.2, p. 500-511, 2013.
CUNHA, Jurema Alcides. *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
DIMENSTEIN, M; MACEDO, J.P. Formação em psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicosocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, (n. spe), p. 232-245, 2012.
DALLAGNOL, C; GOLDBERG, K; BORGES, V.R. Entrevista psicológica: uma perspectiva do contexto hospitalar. *Revista de Psicologia de IMED*, vol.2, n.1, p. 288-296, 2010.
FILGUEIRAS, M.E.T., GONZE, G.G., Villela, R.A.N.D. (Org.). *Residência em psicologia – novos contextos e desafios para a formação em saúde*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FIORINI, H.J. *Teorias e técnicas de psicoterapias*. ed. amp. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
GUARESCHI, N. M. F.; DHEIN, G., REIS, C., MACHRY, D. S., BENNEMANN, T. A formação em psicologia e o profissional da saúde para o SUS (Sistema Único de Saúde). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 3, p. 35-45, 2009.
KÜBLER-ROSS, E.. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E.de O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.27, n.4, p. 608-621, 2007.
ROMANO, B. *Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
SANTOS, F.S (Org.). *Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer*. São Paulo: Atheneu, 2009.
SANTOS, K. L., QUINTANILHA, B. C, DALBELLO-ARAUJO, M. (2010). A atuação do psicólogo na promoção da saúde. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.12, n. 1, p. 181-196, 2010.
SPINK, M.J.P. Psicologia social e saúde: trabalhando com a complexidade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. *Cadernos de Psicologia*, 2010, vol. 12, n. 1, 41-56.

2.6 CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO FACIAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Anatomia cirúrgica da face. Avaliação pré e pós-operatória. Biossegurança. Princípios de técnicas cirúrgicas. Terapêutica medicamentosa. Prevenção e manuseio das urgências e emergências médicas no consultório odontológico. Anestesia local, sedação consciente e anestesia geral. Diagnóstico por imagem em CTBMF. Princípios das exodontias a retalho e dos dentes inclusos/retidos. Acidentes e complicações nas exodontias. Cirurgia pré-protética básica e avançada. Cirurgia paraendodontica, cirurgia ortognática, Implantodontia. Tratamento das infecções orais e maxilofaciais. Diagnóstico diferencial e biópsia. Tratamento das alterações das glândulas salivares. Tratamento dos cistos do complexo bucomaxilofacial. Manejamento dos tumores benignos e malignos do complexo bucomaxilofacial. ATLS. Principais lesões associadas ao trauma facial. Métodos de fixação e reconstrução em cirurgia bucomaxilofacial. Traumatismo dento-alveolar. Traumatismo dos tecidos moles. Traumatismo do 1/3 médio e inferior da face. Tratamento clínico e cirúrgico das articulações temporomandibulares.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- ANDRADE, E.D. *Terapêutica medicamentosa em odontologia*. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
ARNETT, GW; MCLAUGHLIN, RP. *Planejamento facial e dentário para ortodontista e cirurgiões bucomaxilofaciais*. Porto Alegre: ArTmed. 2004. 320p. Título original: Facial and dental planning for orthodontistand oral surgeons.
BARROS, J.J.; SOUZA, L.C.M. *Traumatismo buco-maxilo-facial*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2000.
ELLIS III E.; ZIDE, M.F. *Acesso cirúrgico ao esqueleto facial*. 2. ed. São Paulo: Santos, 2005. 252 p.
FONSECA, R.J.; DAVIS, W.H. *Reconstructivepreprosthetic oral and maxillofacialsurgery*. W.B. Saunders Co., 1. ed., 1986.
FONSECA, R.J.; WALKER, R.V. *Oral and maxillofacial trauma*. v. I, II e III W.B. Saunders Co., 1. ed., 1991.
FREITAS, R. *Tratado de cirurgia bucomaxilofacial*. São Paulo: Santos, 2006.
GIL J.N.; CLAUS J.D.P. *Estética facial - A cirurgia ortognática*. Planeamento para ortodontistas e cirurgiões. São Paulo: Santos, 2009.
MALAMED, S.F. *Manual de anestesia local*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
McMINN, R.M.H.; HUTCHINGS, R.T.; LOGAN, B.M. *Atlas colorido de anatomia da cabeça e pescoço*. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1998.
MEDEIROS, P.J.; MEDEIROS, P.P. *Cirurgia ortognática para o ortodontista*. 2. ed. São Paulo: Santos, 2004.
MICHAEL MILORO, G. E.; GHALI, P. L.; WAITE, P.D. *Princípios de cirurgia bucomaxilofacial de Peterson*. 2 v. 2. ed. São Paulo: Santos, 2008.
NEVILLE, W.B. et al. *Patologia oral & maxilofacial*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
PETERSON, L.J.; ELLIS, E.; HUPP, J.R.; TUCKER, M.R. *Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
PRADO, R.; SALIM, M. Cirurgia bucomaxilofacial - diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Medsi, 2004.
SÁ LIMA, J.R. *Atlas colorido de anestesia local em odontologia: fundamentos e técnica*. São Paulo: Santos, 1996.

2.7 MEDICINA VETERINÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Infecção cirúrgica e profilaxia de infecção. Tempos fundamentos de técnica cirúrgica. Fios de sutura. Afecções clínico-cirúrgicas da orelha. Afecções clínico-cirúrgicas do olho e anexos. Afecções clínico-cirúrgicas da cavidade oral. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema digestório. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema respiratório. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema locomotor. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema urogenital. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema reprodutor. Afecções clínico-cirúrgicas do sistema nervoso. Afecções dos sistemas (digestivo,

respiratório, circulatório, tegumentar, geniturinário, locomotor, auditivo, visual e nervoso). Avaliação do paciente cirúrgico. Cirurgia dos sistemas geniturinário, digestivo e locomotor. Morfologia eritrocitária. Classificação e abordagem diagnóstica da anemia. Anemia não regenerativa. Anemia regenerativa. Classificação e abordagem diagnóstica da policitemia. Introdução aos leucócitos e ao leucograma. Produção, migração e cinética dos neutrófilos. Interpretação da resposta leucocitária na doença. Hematologia dos mamíferos, animais de laboratório e espécies variadas. Hematologia das aves. Hematologia dos répteis. Avaliação e interpretação laboratorial do sistema urinário. Avaliação laboratorial dos eletrólitos. Avaliação laboratorial da função hepática. Avaliação laboratorial do pâncreas e metabolismo da glicose. Avaliação laboratorial da digestão e da absorção intestinal. Avaliação laboratorial das proteínas do plasma e do soro sanguíneo. Detecção laboratorial das lesões musculares. Avaliação laboratorial dos lipídios. Avaliação laboratorial das glândulas tireoide, adrenal e hipófise. Efusões cavitárias. Princípios físicos de formação dos raios x e fíxes ultrassonográficos. Radiográficos do sistema esquelético (osso e articulações). Radiodiagnóstico e ultrassonografia do sistema reprodutor (macho e fêmea). Posicionamento radiográfico e técnicas radiográficas para produção de imagens. Normas internacionais para leitura de películas radiográficas. Interpretação de exames radiográficos dos sistemas esquelético, cardiovascular, respiratório, urinário e reprodutor. Técnica de exame ultrassonográfico e avaliação de alterações patológicas dos sistemas esquelético, cardiovascular, respiratório, urinário e reprodutor. Etiopatogenia geral das doenças; patologia de sistema respiratório; Patologia de sistema cardiovascular; patologia de sistema digestório e fígado; Patologia de sistema hematopoético; Patologia de sistema nervoso; patologia de sistema urinário; Patologia de sistema tegumentar. Protozoários de importância para cães, gatos e ruminantes. Ectoparasitas de interesse na clínica de pequenos animais e na clínica de ruminantes. Coleta de material para diagnósticos parasitológicos. Técnicas de exames Parasitológicos de fezes. Técnicas de diagnóstico de helmintos e protozooses. Técnicas de Diagnóstico para leishmanioses. Técnicas de diagnóstico dos filarídeos. Enfermidades infectocontagiosas e micóticas dos ruminantes domésticos: brucelose, tuberculose, raiva, clostidioses, leucose enzoótica bovina, artrite encefalite caprina, leptospirose, paratuberculose, listeriose, micoplasmose, linfadenitecaseosa, mastites, pasteureloses, ceratoconjuntivite infecciosa, febre catarral maligna, diarreia viral bovina, rinotraqueite infecciosa bovina, pitiose e conidiobolomicose. Controle de vetores: sinantrópicos e peçonhentos. Exames para identificação e classificação de ovos, larvas, pupas e alados de vetores de interesse em saúde pública. Exames laboratoriais para diagnóstico de raiva e leishmaniose. Programas de correição. Defesa agropecuária. Promoção em saúde. Políticas de saúde pública. Ações do médico-veterinário nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Zoonoses. Vigilância sanitária: histórico, evolução e competências. Vigilância sanitária: conceito, legislação, fiscalização/inspeções. Vigilância sanitária: processo administrativo, infração sanitária e análise laboratorial. Noções de direito sanitário. Processo administrativo sanitário. Legislação sanitária e zoossanitária. Direito internacional. Padrão de identidade e qualidade de alimentos. Normas para produção e beneficiamento de produtos granjeiros e cárneos: bovinos e seus derivados; suínos e seus derivados; equinos e seus derivados; aves e seus derivados; pescado e seus derivados; ovos e seus derivados; mel e seus derivados. Provas de rotina para análise dos produtos lácteos e cárneos em suas características organolépticas, físico-químicas, microbiológicas e parasitárias. Legislação para transporte e comercialização de produtos de origem animal. Critérios de julgamento e classificação dos produtos de origem animal. Inspeção sanitária antes e post-mortem. Inspeção de alimentos de origem animal. Garantia da qualidade de alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Higiene e sanidade de alimentos: histórico e evolução. Noções de fisiologia. Composição físico-química de alimentos de origem animal. Microbiologia de alimentos. Importância da água na manipulação. Emprego de frio na indústria. Processamento de alimentos de origem animal. Avaliação sensorial de alimentos. Controle de qualidade de alimentos. Embalagens de alimentos. Garantia da qualidade de alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Medicina pré-anestésica. Monitoração anestésica. Anestesia dissociativa. Anestesia geral injetável. Anestesia geral inalatória. Miorrelaxantes de ação periférica. Miorrelaxantes de ação central. Anestesia locorregional. Anestesia total intravenosa. Emergências anestésicas. Ressuscitação cérebro-cardio-pulmonar. Analgesia multimodal nas espécies domésticas e exóticas. Eutanásia. Fármacos usados na anestesiologia veterinária. Fisiopatologia na Reprodução do Macho e da Fêmea; Biotecnologia da Reprodução do Macho e da Fêmea. Obstetrícia Veterinária.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de vigilância sanitária**. 2. ed. Brasília, 2002. 58 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf>.
- ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>.
- BELOTI, V. et al. **Leite**: obtenção, inspeção e qualidade. Londrina, PR: Planta. 2015.
- BOJRAB, M.J. **Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais**. 5. ed. São Paulo: Roca, 2005. 869 p. (Edição Universitária).
- BRASIL. Decreto Nº 9.013 de 29 de março de 2013. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/3/2017, página 3.
- BRASIL. Instrução normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos desta Instrução Normativa. Publicada no DOU em 30/12/2011, p. 6, seção 1. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Direito sanitário e saúde pública**. v. 1. Brasília, DF: 2003. 373 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direito_san_v1.pdf.
- CARLI, Geraldo Attilio de. **Parasitologia clínica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
- CARVALHO, C. F. **Ultrassonografia em pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2004. 365 p.
- _____ . **Ultrassonografia Doppler em pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2009. 274 p.
- EDUARDO, M. B. P. **Vigilância Sanitária**. Colaboração de Isaura Cristina Soares de Miranda. v. 8. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume08.pdf>

- FANTONI, D.T.; CORTOPASSI, S.R.G. **Anestesia em cães e gatos.** São Paulo: Roca, 2002.389 p.
- FRANCO, B. D. G.M.; LANDGRAF, M. Microbiologia de alimentos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008. 192 p.
- HAFEZ, E.S.E. **Reproducion in far animals.** 7th ed. Philadelphia: Lea & Fibiger, 2004. 573p.
- HELLEBRKERS, L.J. **Dor em animais.** Barueri, SP: Manole, 2002.268 p.
- HENDRICKSON, D.A. **Técnicas cirúrgicas em grandes animais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 332 p.
- MASSONE, F. **Anestesiologia veterinária.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2003. 326 p.
- MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A. C., **Doenças infecciosas em animais de produção e companhia.** São Paulo: Roca, 2016. 1.296 p.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral.** Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- NELSON. R. W.; COUTO, C.G. **Medicina interna de pequenos animais** . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- RADOSTITS,O.M; GOY,C.C; BLOOD,D.C.; HINCHCLIH,K.W. **Clínica veterinária:** um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suíños, caprinos e equinos. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1770 p.
- SANTOS, R.L.; ALESSI, A.C. **Patologia veterinária.** 2. Ed. São Paulo: Roca,2016, 274 p.
- STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. A. **Fundamentos de patologia clínica veterinária.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- THRALL, D. E. **Diagnóstico de radiologia veterinária.** 5. ed. São Paulo: Saunders/Elsevier, 2010. 832 p.
- THRALL, M. A. **Hematologia e bioquímica clínica veterinária.** São Paulo: Roca, 2015.
- URQUHART, G.M. Et al. Parasitología veterinária.2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.273p.

ANEXO II - EDITAL Nº 22/2017- UFPI

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	PERÍODO (ano 2017/2018)	LOCAL
01- Período de Inscrição	30/11 a 27/12	Exclusivamente via internet (www.ufpi.br/copese)
02- Solicitação de isenção de taxa de inscrição	30/11 a 07/12	www.ufpi.br/copese
03- Resultado da solicitação de isenção da taxa de inscrição	11/12	www.ufpi.br/copese
04- Recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	até 12/12	www.ufpi.br/copese
05- Resultado da apresentação de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	15/12	www.ufpi.br/copese
06- Remessa ou entrega de documentos dos candidatos com deficiência	30/11 a 03/01 (exceto no período de 20 a 31/12)	Enviar via SEDEX ou entregar pessoalmente, em dias úteis, na COPESE/UFPI (Campus Universitário Min. Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64049- 550 – Teresina-PI)
07- Pagamento do boleto da GRU	28/12	Em qualquer agência bancária ou seus correspondentes
08- Disponibilização do cartão de inscrição, indicando o local de aplicação da prova escrita objetiva	16/01	www.ufpi.br/copese
09- Aplicação da prova escrita objetiva	21/01	Conforme informado no Cartão de Inscrição
10- Divulgação do gabarito e disponibilização da prova escrita objetiva	21/01	www.ufpi.br/copese
11- Prazo para recurso do gabarito da prova escrita objetiva	22 e 23/01	www.ufpi.br/copese
12- Resultado dos recursos do gabarito (consulta individual)	até 30/01	www.ufpi.br/copese
13- Divulgação do gabarito da prova escrita objetiva após análise dos recursos	até 30/01	www.ufpi.br/copese
14- Resultado da prova escrita objetiva - após análise dos recursos; e divulgação da relação dos candidatos habilitados à entrega de títulos	até 30/01	www.ufpi.br/copese
15- Prazo para entrega de documentos para avaliação curricular	31/01 e 01/02	COPESE/UFPI - Campus Universitário Min. Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64049- 550 – Teresina-PI
16- Resultado da avaliação curricular	08/02	www.ufpi.br/copese
17- Prazo para recurso da avaliação curricular	09/02	www.ufpi.br/copese
18- Resultado dos recursos da avaliação curricular (consulta individual)	até 21/02	www.ufpi.br/copese
19- Resultado Final	até 21/02	www.ufpi.br/copese
20- Matrícula dos candidatos classificados	26/02/2018	Coordenação de Pós-Graduação/PRPG/UFPI, Campus Min. Petrônio Portella, Bloco 6, Ininga, CEP: 64049-550, Teresina-PI, Tel.: (86) 3215-5562/ 3237-1883
21- Convocação de candidatos para Matrícula 2ª chamada (se houver)	27/02/2018	www.ufpi.br
22- Matrícula 2ª chamada (se houver)	28/02/2018	Coordenação de Pós-Graduação/PRPG/UFPI, Campus Min. Petrônio Portella, Bloco 6, Ininga, CEP: 64049-550, Teresina-PI, Tel.: (86) 3215-5562/ 3237-1883
23- Início previsto das atividades dos Programas de Residência	01/03/2018	Coordenação do Programa de Residência

ANEXO III - EDITAL Nº 22/2017-UFPI

TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO

TÍTULOS		PONTUAÇÃO
A -	Estágio não obrigatório na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por estágio de no mínimo 100 horas/máximo de 12,0 pontos
B -	Monitoria na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a) ou PET-Saúde	4,0 pontos por semestre letivo/máximo 12,0 pontos
C -	Monitoria em outras áreas da saúde	3,0 pontos por semestre letivo/máximo 9,0 pontos
D1 -	Atividade de pesquisa nas modalidades PIBIC, ICV, PIBID , na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por semestre letivo/máximo 12,0 pontos.
D2 -	Atividade de pesquisa voluntária ou remunerada (CNPq, CAPES, IES ou outra agência de fomento) devidamente registrada na IES, na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por ano de atividade/máximo 12,0 pontos
E -	Participação em projeto/atividade de extensão na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	3,0 pontos por ano de atividade/máximo 9,0 pontos
F1 -	Trabalho apresentado em evento científico internacional da área profissional da Residência de escolha do candidato	1,0 ponto/Internacional/máximo 4,0 pontos
F2 -	Trabalhos apresentados em evento científico nacional da área profissional de escolha do candidato	0,5 ponto/ Nacional/máximo 2,5 pontos
F3 -	Trabalho apresentado em evento científico regional ou local da área profissional de escolha do candidato	0,3 ponto/ Regional ou Local/máximo 1,5 ponto
G -	Trabalho publicado em revista científica indexada da área profissional de escolha do candidato / Capítulo de livro na área profissional de escolha do candidato	4,0 pontos por artigo ou capítulo de livro/máximo 12,0 pontos
H -	Trabalho completo publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	2,5 pontos por trabalho/máximo 7,5 pontos
I -	Resumo simples publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	0,5 ponto por resumo/máximo 1,5 ponto
J1 -	Curso de atualização na área profissional da Residência escolhida, com carga horária mínima de 40 horas	1,0 ponto por curso/máximo 5,0 pontos
J2 -	Curso de aperfeiçoamento na área profissional da Residência escolhida, com carga horária mínima de 180 horas	2,0 pontos por curso/máximo 4,0 pontos
Os títulos avaliados deverão estar dentro do período dos últimos 05(cinco) anos, a partir da data da publicação deste Edital.		

ANEXO IV - EDITAL Nº 22/2017-UFPI

**PLANILHA PARA AVALIAÇÃO CURRICULAR
(MODELO)**

NOME DO CANDIDATO:	INSCRIÇÃO:
PROGRAMA:	
ÁREA PROFISSIONAL:	

ITENS (Atividade Exercida)		PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	TOTAL DE PONTOS (preencher)	TIPO DE DOCUMENTO
A-	Estágio não obrigatório na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por estágio de no mínimo 100 horas	12,0		Declaração ou Certificado em papel timbrado da Instituição
B-	Monitoria na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a) ou PET-Saúde	4,0 pontos por semestre letivo	12,0		Declaração ou Certificado expedido pela
C-	Monitoria em outras áreas da saúde	3,0 pontos por semestre letivo	9,0		Declaração ou Certificado expedido pela
D1-	Atividade de pesquisa nas modalidades PIBIC, ICV, PIBID , na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por ano de atividade	12,0		Declaração ou Certificado expedido pela
D2-	Atividade de pesquisa voluntária ou remunerada (CNPq, CAPES, IES ou outra agência de fomento) devidamente registrada na IES, na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por ano de atividade	12,0		Declaração ou Certificado expedido pela IES
E-	Participação em projeto/atividade de extensão na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	3,0 pontos por 100 horas	9,0		Declaração ou certificado em papel timbrado da Instituição
F1-	Trabalho apresentado em evento científico internacional da área profissional da Residência de escolha do candidato	1,0 ponto por evento	4,0		Certificado
F2-	Trabalhos apresentados em evento científico nacional da área profissional de escolha do candidato	0,5 ponto por evento	2,5		Certificado
F3-	Trabalho apresentado em evento científico regional ou local da área profissional de escolha do candidato	0,3 ponto por evento	1,5		Certificado
G-	Trabalho publicado em revista científica indexada da área profissional de escolha do candidato / Capítulo de livro na área profissional de escolha do candidato	4,0 pontos por trabalho ou capítulo de livro publicado	12,0		Cópia do trabalho publicado ou Carta de aceite da revista/Cópia do capítulo do
H-	Trabalho completo publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	2,5 pontos por trabalho	7,5		Cópia do trabalho publicado
I-	Resumo simples publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	0,5 ponto por resumo	1,5		Cópia do resumo simples publicado
J1-	Curso de atualização na área profissional da Residência escolhida, com carga horária mínima de 40 horas	1,0 ponto por curso	5,0		Certificado
J2-	Curso de aperfeiçoamento na área profissional da Residência escolhida, com carga horária mínima de 180 horas	2,0 pontos por curso	4,0		Certificado
TOTAL		100,0			

Os títulos avaliados deverão estar dentro do período dos últimos 05(cinco) anos, a partir da data da publicação

Data: _____ / _____ / 2018.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO V - EDITAL 22/2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA PERMANENTE DE SELEÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA
PROFISSIONAL DA SAÚDE DA UFPI



TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____, expedido pelo(a) _____,
inscrito(a) no CPF sob nº _____, candidato(a) aprovado(a) na área profissional de
_____, comprometo-me a manter **Dedicação Exclusiva** ao **PROGRAMA**
_____, conforme determina a legislação vigente.
Ato contínuo DECLARO CIÊNCIA dos termos do artigo § 2º, artigo 13, da Lei nº 11.129, de 30/06/2005, segundo o qual:
“A Residência a que se refere o *caput* deste artigo será desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e realizada sob
supervisão docente-assistencial, de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde”.

Teresina, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) candidato(a)